

## Apresentação

**A** Filosofia e as Ciências Humanas têm-se voltado, neste final de século, para temas clássicos das relações entre os níveis macro e micro, no âmbito conceitual bem como no recorte empírico. Um exemplo destes debates na filosofia é a controvérsia entre RAWLS e HABERMAS acerca do papel da tradição ou dos contextos sociais na determinação da justiça ou da moral no plano intersubjetivo. Mas há inúmeros outros exemplos, em vários âmbitos da ciência contemporânea, que tratam das relações entre o indivíduo e a coletividade, ou entre a política e a subjetividade.

Num passado recente estas relações se apresentavam muitas vezes de modo unilateral, enfatizando o seu polo micro ou macro. Como se fosse possível, por exemplo, subordinar as liberdades individuais a uma vontade coletiva (ainda que em nome de uma igualdade distributiva, como no socialismo clássico). Ou então ao contrário, desconsiderando as exigências da justiça social e os constrangimentos institucionais, caso fosse viável ver na liberdade o resultado de arranjos circunstanciais entre as elites (como fez o liberalismo oligárquico, cujos resíduos continuam vivos).

Estas distorções no plano político-ideológico correspondem a muitos outros desequilíbrios, práticos e conceituais, das

relações entre os níveis macro e micro da vida em sociedade, que a Filosofia e as Ciências Humanas se esforçam por enfrentar nesta década. Os trabalhos reunidos neste número da Revista de Ciências Humanas mostram como os pesquisadores do CFH da UFSC têm enfrentado algumas destas questões, e oferecido propostas diferentes e pistas originais de desenvolvimento, para as relações entre as dimensões da vida social.

A historiadora Cynthia Machado Campos, por exemplo, mostra como o nacionalismo conservador do início do século pretendia superar o problema de fronteiras da região do Contestado (entre o Paraná e Santa Catarina) por um apelo ao caráter supostamente cosmopolita e anti-oligárquico da intelectualidade. Apelo, aliás, que não poderia senão cair no vazio, como atestam os massacres das revoltas camponesas - tanto as do início do século como as da atualidade (ainda que agora os massacres sejam sutilmente maquiados pelos arremedos de reforma agrária das oligarquias).

O trabalho de Sousa, Pereira e Vilarouca considera o desenvolvimento econômico recente, sua ênfase na desregulamentação da atividade econômica, os efeitos da chamada reconversão produtiva no mercado de trabalho, com previsíveis conseqüências sociais negativas, no caso da agroindústria em Santa Catarina. O artigo apela para a defesa dos direitos e liberdades dos trabalhadores, tanto o pequeno produtor como o assalariado, face às políticas contemporâneas de globalização.

Por sua vez, o trabalho de Sérgio Boeira, sobre ambientalismo e crise de civilização, atribui esta crise às próprias contradições constitutivas do modo de vida ocidental e sua teorização clássica. E busca uma solução neo-paradigmática na proposta interdisciplinar de um "estado nascente" no ambientalismo multissetorial. De fato, o artigo de Echegaray, Tozo e Krischke mostra indícios de mudanças de mentalidade no Brasil, principalmente a partir das novas gerações que emergem no eleitorado e na participação política. Comparando dados de Curitiba com os de outras capitais do país, o artigo sugere que a maior prosperidade e acesso à educação e outros bens culturais, propiciam atitudes mais tolerantes, infor-

madras e ativas, na busca de solução aos problemas ambientais e outros atinentes à qualidade de vida, à intersubjetividade e ao pluralismo democrático.

O trabalho de Ercy Soar acompanha, por sua vez, as tendências à mudança no campo da psicologia, inclusive na sua sustentação epistemológica, que visam superar a rígida distinção entre conhecimento científico e senso comum. O âmbito das representações sociais é especialmente sensível a este apelo, por sua ênfase no caráter mutuamente constitutivo e referenciado, da subjetividade e do mundo real em que vivemos - e não exclusivamente na prática terapêutica.

A pesquisa de Sérgio Scotti, sobre formação de vínculo e aquisição da linguagem, defende uma interpretação relacional e intersubjetiva para o surgimento da fala na primeira infância. Ao contrário de outras concepções correntes (como as do behaviorismo e do inatismo) a linguagem é vista aqui como expressão de vínculos de significação interpessoal, dependentes da iniciativa e orientação afetiva dos adultos com quem a criança se relaciona.

A constituição diferencial do objeto conforme a ótica do pesquisador é esteticamente abordada no artigo de Alcebíades Muniz neto, sobre as obras fotográficas de SALGADO e de BERTRAND. Ambas mostram profunda preocupação social, mas diferentes leituras da modernidade e do próprio caráter e função da obra de arte, no desvelamento das complexidades e potencialidades do mundo vivido.

O trabalho de Tereza e Ana Cristina tem uma preocupação com o Meio Ambiente, seu aspecto físico e legal, em seu estudo referente à Lagoa da Conceição, em Florianópolis. Muito rico e esclarecedor, por sinal.

Por apresentar trabalhos como esses, é sempre gratificante participar no Conselho Editorial da Revista de Ciências Humanas. Pois aqui se constata como os nossos autores e pesquisadores acompanham com rigor o curso de nossa história. E oferecem contribuições que ajudam a interpretar as transformações que estamos vivendo, como indivíduos e coletividade, no âmbito do cotidiano, da cultura, e das estrutu-

ras mais amplas da sociedade. É certo que nem todos concordaremos com tudo o que se diz nestes artigos. Mas, assim fazendo, contribuímos também para a revisão das diversas correntes herdadas do pensamento ocidental, de modo a melhor enfrentar os desafios do próximo século.

PAULO J. KRISCHKE  
**Docente do Doutorado Interdisciplinar em**  
**Ciências Humanas Sociedade e Meio Ambiente**  
Pesquisador do CNPq,